

DIREITO TRIBUTÁRIO NACIONAL E EUROPEU

Mestrado em Fiscalidade

Código: 9291111

Área Científica Predominante: Ciências Jurídico-Administrativas e Fiscais

Docente: Suzana Maria Matos Fernandes da Costa

Idioma de Instrução: Português

Regime: S1

Carga Letiva: 45h Carga Trabalho: 137h

ECTS: 6,5

Objetivos

Com esta cadeira pretende-se que os alunos compreendam as estruturas conceptuais essenciais do sistema fiscal português; conheçam as suas principais fontes, nomeadamente a CRP, a LGT e o CPPT; Construam uma perspetiva crítica de análise ao sistema tributário, seus objetivos e eficácia, identificando os contributos da doutrina e da jurisprudência fiscais, nacional e europeia.

Resultados da Aprendizagem

Conceitos essenciais de direito fiscal e da estrutura da relação jurídica tributária. Capacidade de distinguir os diferentes tipos de tributos, analisar criticamente a sua conformidade com a constituição; conhecer e manusear as fontes de direito fiscal.

Reconhecer o papel do direito europeu na conformação do direito tributário nacional

Conteúdos Programáticos

– INTRODUÇÃO

1. Direito Financeiro, direito tributário, direito fiscal

2. Noção de tributo

3. Espécies de tributos

4. Distinção entre as principais espécies de tributos:

- impostos.

- taxas.

- contribuições especiais.

- tributos parafiscais: breve referência ao Código Contributivo

II. O direito tributário nacional

1. A criação normativa em matéria tributária - As fontes de Direito Tributário

1.1. Fontes não internas

1.2. Fontes internas:

1.2.1. - A Constituição da República Portuguesa: limites formais e materiais da tributação.

Os limites formais da tributação:

- O princípio da legalidade fiscal
- O princípio da autorização anual da cobrança
- O princípio da segurança jurídica
- A proibição do referendo fiscal

Os limites materiais da tributação:

- Princípio da igualdade
- Princípio da capacidade contributiva
- A consideração fiscal da família
- O respeito pelo regime dos Direitos, Liberdades e Garantias
- O princípio do Estado Social

Análise do art.º 104.º da CRP. Princípios em matéria de tributação pessoal (unicidade, progressividade e capacidade contributiva), tributação das empresas (tributação pelo lucro real), tributação do consumo e tributação do património.

1.2.2 - A Lei (lei, decreto-lei e decreto-legislativo regional)

1.2.3. - Os regulamentos (princípio da precedência e princípio da prevalência da lei). Regulamentos externos e internos. As orientações genéricas da Administração Tributária.

- O costume
- A jurisprudência
- A doutrina
- Os contratos fiscais

1. Os problemas da interpretação, integração e eficácia das normas tributárias

1. A aplicação normativa em matéria tributária

3.1. Aplicação das normas tributárias pelos órgãos administrativos – o procedimento tributário

3.2. Aplicação das normas tributárias pelos órgãos jurisdicionais – o processo tributário

3.3. Aplicação da lei fiscal no tempo

3.4. Aplicação da lei fiscal no espaço

III. O direito tributário da União Europeia

1. Introdução à integração europeia

2. O Direito da União Europeia

3. Fontes de Direito fiscal da União Europeia

4. Harmonização da tributação direta

5. Harmonização da tributação indireta

6. A garantia jurisdicional do Direito da União Europeia – análise de alguns casos do TJUE e do TEDH

IV - A relação jurídica tributária no direito nacional

1. Acto tributário versus relação jurídica tributária

2. Caracteres identificativos da relação jurídica tributária

3. Elementos constitutivos

3.1. Os sujeitos

3.1.1. A personalidade tributária

3.1.2. Sujeito activo

3.1.2.1. Personalidade tributária activa e conceitos afins

3.1.2.2. Entidades titulares de personalidade tributária activa

3.1.3. Sujeito passivo

3.1.3.1. Noção e espécies

3.1.3.2. Sujeito passivo directo

3.1.3.3. Sujeito passivo indirecto

- a) Os substitutos tributários
- b) Os sucessores tributários
- c) Os responsáveis tributários
- 3.1.4. A capacidade tributária
- 3.1.5. O domicílio tributário
- 3.1.6. A (in)transmissibilidade dos créditos tributários
- 3.1.7. A (in)transmissibilidade das obrigações tributárias inter vivos
- 3.2. O objecto
- 3.2.1. Objecto imediato
- 3.2.2. Objecto mediato
- 3.3. O Facto
- 3.3.1. Facto constitutivo
- 3.3.2. Facto extintivo
- 3.3.3. Alteração da relação jurídica tributária.
- 3.4. A garantia
- 3.4.1. Geral
- 3.4.2. Especiais
- 3.4.2.1. Pessoais
- 3.4.2.2. Reais

I

Bibliografia Recomendada

Sebenta de Direito Fiscal do IPCA - VÁRIOS AUTORES

CASALTA NABAIS, J.: Direito Fiscal, Almedina, 2014, 7ª edição.

TAVARES DA SILVA, S.: As Taxas e a Coerência do Sistema Tributário, Coimbra Editora, 2013

AAVV: Problemas Fundamentais de Direito Tributário, Vislis, 2000.

CASALTA NABAIS, J., Por um Estado Fiscal Suportável - Estudos de Direito Fiscal-, Almedina, 1ª edição, 2005.

CASALTA NABAIS, J., Por um Estado Fiscal Suportável - Estudos de Direito Fiscal, Volume II, Almedina Ano: 2008

XAVIER DE BASTO, J., “O Princípio da Tributação do Rendimento Real e a Lei Geral Tributária”, Fiscalidade n.º 5, Coimbra Editora

SALDANHA SANCHES, J. L. , “Poderes Tributários dos Municípios...”, Fiscalidade n.º 6, Coimbra Editora

DOURADO, A.P.: O Princípio da Legalidade Fiscal - Tipicidade, conceitos jurídicos indeterminados e margem de livre apreciação, Almedina, 2007

DOURADO, Ana Paula: Lições de Direito Fiscal Europeu - Tributação Directa, Coimbra Editora, Coimbra, 2010

PEREIRA, Paula Rosado: Princípios do Direito Fiscal Internacional - Do Paradigma Clássico ao Direito Fiscal Europeu, Almedina, Coimbra, 2010

Obras colectivas:

AAVV, 15 anos da Reforma Fiscal de 1988/89 – Jornadas de Homenagem ao professor Doutor Pitta e Cunha, Coimbra, Almedina, 2005.

AAVV: Homenagem a José Guilherme Xavier de Basto, Coimbra Editora, 2006

AAVV: Estudos Jurídicos e Económicos em Homenagem ao Prof. Doutor António de Sousa Franco – Volumes I, II e III, Coimbra Editora 2006

Colectânea de legislação que contenha: LGT, CPPT, CRP

Métodos de Ensino e de Aprendizagem

Os conteúdos programáticos definidos são coerentes com os objetivos da UC na medida em que se pretende fornecer conhecimentos fundamentais de Direito Fiscal, de forma aos estudantes poderem aplicá-los posteriormente na sua vida académica, pessoal e profissional.

Métodos de Avaliação

a avaliação terá por base um teste final.